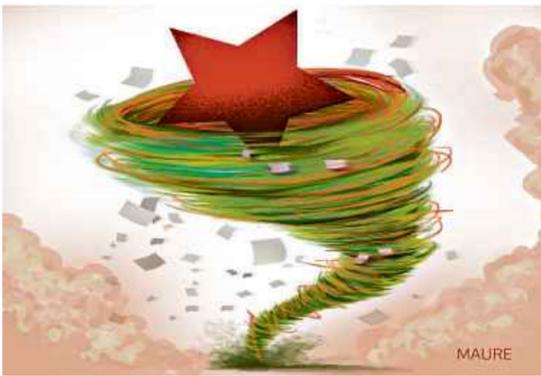




Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.dig@adabr.com.br



MAURE

O favoritismo de Lula

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, ontem, a anulação de todas as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por 8 a 3, com base no princípio do “juiz natural”, pedra basilar do chamado devido processo legal, invocado pela defesa do petista desde quando o processo começou a andar na 13ª Vara Federal de Curitiba, sob a batuta do então juiz Sérgio Moro. Quando a revisão do caso do ex-presidente da República começou a ser ventilada nos bastidores do Supremo, o presidente Jair Bolsonaro imaginava que Lula como adversário seria meia reeleição garantida, mas a vida está mostrando, com a pandemia da covid-19, que a roda da Fortuna girou em favor do petista.

Como já era de se esperar, a reação de Bolsonaro e seus aliados será na direção de contestar a decisão do Supremo e desacreditar os integrantes da Corte, além de intensificar a narrativa de que houve fraude nas eleições passadas e de que o voto eletrônico não é seguro. Os propósitos golpistas dessa narrativa são conhecidos, porém não têm encontrado eco nos meios políticos, nem mesmo entre os aliados do Centrão, e também nas Forças Armadas, apesar das insatisfações com a decisão. A ideia de que a polarização com Lula seria a chave da vitória nas eleições de 2022 está furada.

A decisão do Supremo anulou as condenações de Lula por um aspecto formal, o foro de seu julgamento deveria ser o Distrito Federal, e não Curitiba. Isso não significa que Lula tenha sido inocentado, porque o processo terá que ser reiniciado (há controvérsias sobre a anulação de provas). Entretanto a narrativa de que Lula foi injustiçado por Sérgio Moro é cada vez mais robusta, pela revelação de suas conversas com os procuradores da força-tarefa da Lava-Jato e, também, por causa da decisão da Segunda Turma que aprovou a suspeição do ex-juiz

“Com a CPI da Covid em funcionamento no Senado, o custo político dos desastros de Bolsonaro na pandemia e da incompetência dos militares na Saúde será altíssimo”

na condução do processo, por 3 a 2. Esse é outro assunto que terá de ser examinado pelo plenário do Supremo, podendo ter sérias consequências para o ex-magistrado, um pré-candidato à Presidência ainda encabulado.

Mudança de cenário

A presença de Lula na disputa mudou completamente o cenário eleitoral de 2022. A expectativa de poder que a possibilidade de reeleição garante aos ocupantes do Palácio do Planalto, no caso de Bolsonaro, está sendo volatilizada pela pandemia da covid-19, a recessão econômica e o mau desempenho do governo federal em muitas frentes. As políticas públicas que contavam com certo consenso nacional e reconhecimento internacional foram substituídas pela improvisação, pelo obscurantismo e pela incompetência administrativa, além de um viés ideológico reacionário. Isso correu na política externa, no meio ambiente, nos direitos humanos, na cultura e na educação, mas é na saúde pública que o desastre pôs no telhado a reeleição de Bolsonaro em 2022.

Cada dia que passa, as consequências da má gestão do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello mostram-se mais graves, com o agravante de que o novo ministro, Marcelo Queiroga, embora tenha flexibilizado a narrativa governista, está capotando na área administrativa da pasta. Hoje, é o principal responsável pelo colapso do fornecimento de insumos para tratamento dos casos graves da doença, principalmente os kits de intubação. Como o Ministério da Saúde requisitou toda a produção nacional e não consegue atender à demanda, hospitais de vários estados estão entrando em colapso. Pacientes estão sendo amarrados nas UTIs para não retirarem os tubos de respiração ou deixando de ser intubados, por falta de analgésicos adequados e outros recursos, o que acaba aumentando o número de óbitos.

Com a CPI da Covid em funcionamento no Senado, o custo político dos desastros de Bolsonaro na pandemia e da incompetência dos militares na Saúde será altíssimo e se prolongará para além da pandemia, por causa do grande número de mortos. Isso significa que Bolsonaro está derrotado e Lula com o caneco na mão? Não, ninguém ganha eleições de véspera. Lula já foi favorito antes e perdeu a eleição, em 1994, para Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Presidente do Senado convoca sessões para a semana que vem, e começo dos trabalhos da comissão só deve ocorrer após o feriado. Rodrigues defende início das atividades na quinta

Decisão de Pacheco deve retardar a CPI

» AUGUSTO FERNANDES
» ISRAEL MEDEIROS

A CPI da Covid, destinada a investigar a atuação do governo na pandemia e o envio de verbas federais para estados e municípios, iniciará os trabalhos somente após o feriado de Tiradentes, que será na quarta-feira. Como na semana que vem o Congresso reservará os dois dias que antecedem a data comemorativa para analisar vetos do Planalto a propostas legislativas, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decidiu que a primeira reunião do colegiado ocorra apenas depois dessas duas sessões.

Autor do requerimento que pediu a instalação do colegiado, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defende que o colegiado tenha início na próxima quinta-feira. “Essa CPI é a mais importante do Congresso, pois nenhuma das outras apurou responsabilidade pela perda de vidas humanas. Antes de qualquer coisa, esta CPI é uma medida sanitária”, enfatizou.

Rodrigues antecipou que todos os ex-ministros da Saúde da gestão Bolsonaro (Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich e Eduardo Pazuello) serão convocados para prestar depoimento. “Considero que é inevitável nós ouvirmos os três. É inevitável porque eles foram gestores da política de saúde do governo no enfrentamento da pandemia”, opinou.

O senador destacou que o foco do colegiado não será o de perseguir pessoas específicas, mas de investigar os fatos. “O senhor presidente da República pode ficar tranquilo. Não é uma CPI que vai tê-lo como alvo. Os senhores governadores podem ficar tranquilos. São perguntas que precisam ser respondidas”, disse. “A CPI não deve mirar em quem quer que seja. Agora, se durante a apuração dos fatos chegarmos a alguma responsabilidade objetiva das pessoas, vamos apontar essa responsabilidade.”

Segundo o parlamentar, “essa CPI só não pode dar errado, não

Jefferson Rudy/Agência Senado



Rodrigues com Pacheco: autor do requerimento da CPI quer ouvir os três ex-ministros da Saúde do governo

» Saiba mais

Disputa por cargos

Com os 11 integrantes definidos, falta, além da data para início dos trabalhos, a escolha de relator, presidente e vice da CPI. Governo e oposição já disputam nos bastidores quem vai comandar o colegiado. Os senadores Omar Aziz (PSD-AM) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) são os favoritos. O primeiro é próximo ao Planalto, apesar de ser crítico da postura do presidente Jair Bolsonaro na pandemia. O segundo faz oposição sistemática ao Executivo.

O Planalto tentou emplacar Marcos Rogério (DEM-RO) no cargo — ele é vice-líder do governo. Os membros da CPI, porém, não querem alguém tão ligado a Bolsonaro no comando da comissão. Rodrigues reivindica a presidência por ser autor do pedido para criação da comissão. O MDB, por sua vez, quer a relatoria. Renan Calheiros (AL) ou Eduardo Braga (AM) podem assumir a função.

pode virar chicana”. “Em homenagem às mais de 360 mil vidas de brasileiros perdidas e às famílias enlutadas, em homenagem a todos que já sofreram com a desgraça desta pandemia, temos o dever histórico de dar satisfações”, frisou.

Funcionamento

Ontem, Pacheco confirmou os nomes dos parlamentares indicados pelas bancadas partidárias do Senado para compor a CPI. Os 11 senadores titulares serão, além de Randolfe Rodrigues, Eduardo Girão (Podemos-CE), Marcos Rogério (DEM-RO), Jorginho Mello (PL-SC), Ciro Nogueira (PP-PI), Renan Calheiros (MDB-AL), Humberto Costa (PT-PE), Otto Alencar (PSD-BA), Eduardo Braga (MDB-AM), Omar Aziz (PSD-AM) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A princípio, a CPI terá 90 dias para conduzir a investigação. Caso seja necessário, o tempo de duração pode ser ampliado por decisão da presidência do Senado. Os membros do colegiado ainda não chegaram a um consenso quanto ao formato a ser adotado para a realização das sessões, se apenas presencialmente ou também de maneira remota. Isso deve ser definido na sessão inaugural.

“Na minha visão, o funcionamento pode ser misto. Pode ser remoto para algumas coisas, especialmente audiências públicas que não envolvam a participação de investigados ou testemunhas, enquanto que as sessões para quebra de sigilo, acesso a documentos poderiam ser presenciais ou semi-presenciais”, sugeriu Humberto Costa. “Começando-se os trabalhos por essas sessões não presenciais simplesmente para discussão de aspectos não relativos diretamente à investigação, como oitivas de especialistas, pessoas que possam contribuir com opiniões.”

O petista confia que “a CPI tem tudo para fazer um bom trabalho”, “Não só porque essa investigação pode ser feita de uma maneira muito objetiva sobre fatos concretos que são de domínio público, mas também pela expectativa da população”, argumentou. “Vai cobrar que, ao final, se chegue a um resultado que não somente estabeleça responsabilidades por essa tragédia, mas que também agregue um conjunto de ideias e sugestões para que, se nos virmos novamente diante de situações como essa, possamos ter definições de ordem legal que não nos façam enfrentar esse problema de forma tão improvisada como estamos vivendo agora.”

Calheiros preocupa Planalto

Jefferson Rudy/Agência Senado



O senador Renan Calheiros é favorito para assumir a relatoria da CPI

A CPI da Covid tem um favorito para assumir a relatoria: o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que tem perfil independente do governo federal. A eventual escolha dele provoca preocupação no Planalto. Por isso, já existe uma movimentação para que o parlamentar alagoano não consiga a função no colegiado. A iniciativa tem sido liderada pela ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda (PL-DF) junto ao presidente da Câmara e aliado do presidente Jair Bolsonaro, Arthur Lira (PP-AL), que disputa o protagonismo político no estado nordestino com o colega de Congresso.

Na avaliação de especialistas, Renan Calheiros na relatoria da CPI seria o pior cenário para Bolsonaro. Para Marco Antônio Teixeira, coordenador do curso de Administração Pública da FGV EAESP, está clara a intenção do governo de tentar minimizar os danos, pois o estrago é garantido. Ele acredita que a investida do Executivo não deve dar frutos, o que seria indicativo de que Bolsonaro está perdendo espaço rapidamente no jogo político. “Talvez, o cargo mais importante seja a relatoria, não a presidência. De certa forma, Renan é um nome hostil ao governo. Ele tem dado declarações contra o governo”, frisou.

David Fleischer, cientista polí-

tico da Universidade de Brasília (UnB), ressaltou que os esforços do presidente contra a CPI mostram que ele está “preocupadíssimo” com os desdobramentos das investigações. “Se Renan Calhei-

ros for relator, sai de baixo. Mas não se sabe o que esperar. Em 2022, vai ser pesado para Bolsonaro. Os candidatos vão utilizar tudo o que puderem dessa comissão contra ele”, afirmou. (IM)

» Os integrantes

Veja a composição da CPI da Covid-19 no Senado

Titulares

1. Eduardo Braga (MDB-AM) independente
2. Renan Calheiros (MDB-AL) independente
3. Ciro Nogueira (PP-PI) governista
4. Otto Alencar (PSD-BA) independente
5. Omar Aziz (PSD-AM) independente
6. Tasso Jereissati (PSDB-CE) independente
7. Eduardo Girão (Podemos-CE) governista
8. Humberto Costa (PT-PE) oposição
9. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) oposição
10. Marcos Rogério (DEM-RO) governista
11. Jorginho Mello (PL-SC) governista

» Suplentes

1. Jader Barbalho (MDB-PA) independente
2. Angelo Coronel (PSD-BA) independente
3. Marcos do Val (Pode-ES) governista
4. Zequinha Marinho (PSC-PA) governista
5. Luiz Carlos Heinze (PP-RS) governista
6. Rogério Carvalho (PT-SE) oposição
7. Alessandro Vieira (Cidadania-ES) oposição